

Olhar político

Balanço do primeiro ano da presidência de Jair Bolsonaro

Visão Geral do Primeiro ano do Governo Jair Bolsonaro

Uma lua de mel conflituosa

A ciência política usualmente define o começo de um novo mandato presidencial como *honeymoon period* (período de lua de mel, em uma tradução livre), momento em que o presidente está com um alto nível de capital político após uma vitória eleitoral, e, hipoteticamente, possuiria maior facilidade para aprovar as pautas de sua agenda. Contudo, analisando-se o primeiro ano do governo do Presidente Jair Bolsonaro, é notável que mesmo o início de uma presidência pode decorrer com significantes percalços e crises em nível nacional e internacional, seja pela forma como o chefe do Executivo e sua equipe se relacionam entre si e com os representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, gerando atritos internos ao sistema político, ou por questões macroestruturais que afetam o país, a exemplo de problemas econômicos.

Desde sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro se posicionou como um *outsider* político, alguém que não seguiria as regras tradicionais do presidencialismo de coalizão e, ao longo do ano, demonstrou não cumprir os tradicionais protocolos presidenciais. Entrou diversas vezes em conflito com a imprensa, utilizou redes sociais para se comunicar diretamente com sua base eleitoral, se desentendeu com lideranças políticas internas e externas e permitiu que seus filhos tivessem grande influência em suas decisões políticas. Todos esses fatores levaram a uma readaptação da forma como a política é conduzida, cujo principal sintoma foi uma falta de articulação entre Executivo e seus pares. Houve um protagonismo do parlamento no controle da agenda política neste ano, sobretudo nas pautas econômicas.

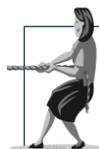
No que tange a relação entre Executivo e Legislativo, o primeiro trimestre do ano foi marcado por um conflito entre o presidente e o Congresso em consequência de afirmações de Jair Bolsonaro sobre sua nova forma de fazer política, sem *toma-lá-dá-cá*, além de uma falta de diálogo e atendimento de demandas da sua base de apoio de senadores e deputados. Após uma série de desgastes, sobretudo com os presidentes da Câmara e do Senado, o clima acabou se amenizando para viabilizar a aprovação de pautas importantes para o governo, mas sem nunca ter acabado, totalmente, as trocas de farpas entre os chefes dos Poderes.

As relações com outros países também foram impactadas pelo realinhamento da política externa brasileira a novos valores, além da aproximação a novos parceiros (Israel, Hungria, Polônia) e a antigos (Estados Unidos) que se compatibilizam mais ideologicamente à nova presidência na defesa do liberalismo econômico e de “valores ocidentais”. Um tema em específico foi fonte de críticas da comunidade internacional ao governo, a questão ambiental, após os vários

O que caracterizou o primeiro ano de governo



Nova política sem “toma-lá-dá-cá”



Relações conflituosas entre Executivo e Legislativo



Protagonismo do Legislativo em relação a agenda política



Realinhamento do Brasil em suas relações exteriores

desastres que ocorreram ao longo de 2019, como o rompimento da barragem de Brumadinho, as queimadas na floresta amazônica e a mancha de óleo que se estendeu pelo litoral brasileiro.

Em si, a questão ambiental foi uma espécie de pauta negativa nesse início de governo, o país, anteriormente considerado referência em proteção ambiental acabou perdendo espaço na questão.

E, passando-se ao que foi debatido no cenário Legislativo, duas pautas podem ser consideradas as mais importantes: a primeira sendo a agenda de mudanças de caráter fiscal, na qual se encontram a Reforma da Previdência, alterações na forma como ocorrem repasses de recursos orçamentários e, mais recentemente, as propostas do governo para o aumento do controle de gastos da máquina pública; a segunda, por sua vez, é a questão da segurança pública e combate à corrupção, sendo seu símbolo o pacote anticrime recém-aprovado.

Mesmo com a aprovação de legislação alinhada com suas promessas de campanha e de peso significativo, não se pode afirmar que o governo Bolsonaro encontra-se fortalecido. Primeiramente é importante ressaltar que todas as principais propostas aprovadas no Legislativo, como Reforma da Previdência, MP da Liberdade Econômica e Pacote Anticrime, ainda que tenham sido propostas pelo presidente da República, elas só foram aprovadas porque houve total engajamento dos Presidentes da Câmara e do Senado, os principais responsáveis pelas aprovações das matérias mais importantes. O que se observou foi um afastamento do Executivo na articulação política, ficando para os líderes partidários e para os presidentes das Casas Legislativas o papel de condução e aperfeiçoamento dos textos.

Além disso, o presidente perdeu bastante popularidade durante o primeiro ano, segurando basicamente a aprovação sua base eleitoral mais cativa, o que deixa uma incógnita sobre qual é a real força do presidente Bolsonaro na condução política do País. Ainda que o Congresso Nacional tenha afinidade aos temas econômicos propostos pelo governo, pelo perfil liberal e fiscalista das contas públicas, a falta de coordenação política, baixa popularidade e as crises constantes podem desgastar ainda mais o governo, levando a crises de governabilidade severas.

O principal desafio do presidente no próximo ano será organizar uma base sólida no Congresso e o seu novo partido para disputar as eleições municipais, nas quais será possível mensurar qual a aceitação do governo Jair Bolsonaro.

Visão Geral do Primeiro ano do Governo Jair Bolsonaro

Fatos e acontecimentos ao longo do ano divididos por temática



Previdência

A proposta legislativa de maior importância aprovada esse ano foi a Reforma da Previdência. Embora tenha perdido pontos relevantes defendidos pela equipe governamental ao longo de sua tramitação, como a adoção de um regime de capitalização individual e mudanças no Benefício de Prestação Continuada, o texto promulgado manteve partes importantes para o governo, tais como a idade mínima para aposentadoria e mudanças no cálculo do valor do benefício.

Outra mudança no regime previdenciário aprovada neste ano foi a no regime de previdência específico aos militares, que ficaram da reforma da reforma principal e receberam especial atenção com a aprovação de um projeto de lei que também reestrutura suas carreiras, amplia o tempo de serviço nas Forças Armadas e modifica alíquota de contribuição de pensionistas.

Eleito pelo PSL, a boa relação de Bolsonaro com seu partido não tardou a se complicar. O início do processo de afastamento se deu com a crise iniciada pelas acusações de desvio de recursos eleitorais que recaíram sobre Marcelo Álvaro, o atual ministro do Turismo, e pelos conflitos que levaram à exoneração de Gustavo Bebianno do cargo Secretário-Geral da Presidência da República

Na bancada do PSL no parlamento há um racha entre os legisladores que defendem Jair Bolsonaro e aqueles mais próximos à figura do presidente da sigla, Luciano Bivar, o que levou a eventos como o conflito pela liderança da legenda na Câmara, em que Eduardo Bolsonaro saiu vitorioso, e ao processo de fundação da Aliança para o Brasil, possível futuro partido do Presidente e de seus aliados.



Relação com PSL



Orçamento

Em junho, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como Orçamento impositivo, que diminui o poder de barganha do presidente em relação à liberação dos recursos de emendas parlamentares de bancada, pois a execução orçamentária das mesmas se tornou obrigatória.

Para além do orçamento impositivo, no final do ano foi aprovada a PEC 48/2019, que facilita o repasse de recursos de emendas parlamentares a Estados e Municípios ao extinguir a necessidade de convênio prévio para que o mesmo ocorra. A transferência a partir de agora se dará de maneira direta, sendo o TCU e a CGU os órgãos responsáveis pela fiscalização.



Eleições 2020

No início do ano, o Presidente Jair Bolsonaro tentou instituir por meio de decretos flexibilização na posse e porte de armas, uma de suas maiores promessas de campanha na área de segurança pública, o que gerou uma reação negativa no parlamento, por parte de atores da sociedade civil e do Judiciário. Por fim, teve de modificar sua estratégia para, aos poucos, tentar relaxar as medidas previstas pelo estatuto do desarmamento por meio de projetos de lei no Congresso.

Além da flexibilização do porte e da posse de armas, o governo ainda encaminhou o pacote Anticrime, do ministro da justiça, Sérgio Moro. O Congresso acabou optando pelo pacote do ex-ministro Alexandre de Moraes, com um texto menos polêmico, o que representou, em termos políticos, um desgaste para o governo federal.



Segurança



Direitos Humanos

Populações indígenas enfrentaram embates com a atual gestão federal. No início do ano tentou-se tirar a função de demarcação de terras da FUNAI e mover a autarquia da estrutura do Ministério da Justiça para o Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, o que levou a resistência de indígenas e de entidades defensoras de seus direitos. Também houve a instabilidade em cargos-chave da FUNAI, o que desestruturou a política indigenista durante o primeiro ano de governo.

Por meio da Ministra Damares Alves e do Ministro Ernesto Araújo ocorre o reposicionamento da atual gestão em relação a pauta de direitos humanos e minorias. Combate à violência contra a mulher é a principal bandeira do ministério responsável diretamente pela pauta de DH, enquanto, por outro lado, outras questões, como autoidentificação de gênero, ficaram estagnadas.

Visão Geral do Primeiro ano do Governo Jair Bolsonaro

Fatos e acontecimentos ao longo do ano divididos por temática



Meio ambiente

Jair Bolsonaro sempre defendeu um relaxamento da legislação ambiental para que se pudesse aproveitar de forma mais intensiva os recursos naturais disponíveis à exploração no país. Essa visão acabou colocando o governo em rota de colisão com diversos órgãos governamentais e não governamentais que trabalham o tema, cabendo destacar a crise no INPE, quando o presidente do órgão foi exonerado por divulgar dados que contrariaram o governo. O Brasil também se afastou de espaços de discussão sobre meio ambiente, como a COP25.

Desastres ambientais ocorreram de forma sucessiva durante 2019, cabendo destacar as queimadas na Amazônia e a atuação do governo para contê-las, levando a duras críticas em âmbito nacional e internacional, como o caso presidente francês Emmanuel Macron e a ativista ambiental Greta Thunberg

A pauta de liberalização na economia teve grande destaque em 2019, o que pode ser inferido pelas privatizações que o governo começou a levar a cabo durante o ano, a exemplo do processo de venda da Eletrobras, e, em termos de produção legislativa, pela aprovação da Medida Provisória da Liberdade Econômica e o envio ao congresso da Medida Provisória do Contrato de trabalho verde-amarelo. Em termos de medida para aquecer a economia com injeção de recursos, houve a liberação de saques em contas do FGTS.

O cenário para 2020, segundo os analistas econômicos, é de otimismo. Há uma projeção de crescimento do PIB em 2%, a inflação está sob controle, apesar dos choques relacionados a desvalorização cambial, e a taxa Selic encontra-se em uma baixa histórica. O mercado parece se recuperar e há um crescimento na taxa de ocupação da população.



Economia

A primeira crise com figuras associadas governo foi deflagrada em dezembro de 2018, antes mesmo que houvesse a posse presidencial, e decorreu da investigação da UIF (antiga COAF) sobre transações financeiras atípicas associadas aos nomes do senador Flávio Bolsonaro e de seu ex-assessor Fabrício Queiroz, caso que está tramitando na justiça até o presente momento e que ainda repercute na mídia por seus últimos desdobramentos.

Ao longo do ano outras polêmicas também envolvendo a família presidencial e outros membros do governo igualmente ocorreram: a Vaza Jato, divulgação de conversas dos Membros do MP sobre a Operação lava-jato e a atuação do Ministro Sérgio Moro; uma possível ligação entre a morte da vereadora Marielle Franco, milícias e a família Bolsonaro, além de pronunciamentos polêmicos de Jair Bolsonaro e de seus filhos sobre questões como o AI5.



EX-ASSESSOR DE FLÁVIO BOLSONARO

Escândalos



Saúde

Na área da saúde, o principal fato do ano foi o fim do Programa Mais Médicos, com o retorno dos médicos cubanos ao seu país, e a instituição de um novo programa, nomeado Médicos pelo Brasil, para que os profissionais que deixaram seus postos fossem substituídos e não permaneça um vácuo na saúde pública no interior do país. Também foi aprovado uma lei que cria um novo exame de revalidação de diplomas médicos obtidos no exterior.

Especificamente em relação à atenção primária, o Governo buscou incentivar o aumento dos horários de funcionamento das Unidades Básicas da Saúde com o programa Saúde na Hora, além de promover um novo modelo de financiamento de atendimento em postos de saúde (repasse de recursos dependerá do número de pacientes cadastrados nas unidades de saúde e do desempenho delas no atendimento).

O ano na área de educação foi marcado por desafios enfrentados pelo Ministério da Educação, pois antes mesmo dos seis meses de governo houve a queda do primeiro ministro nomeado por Jair Bolsonaro para pasta, Ricardo Vélez, a execução do ENEM foi cercada de dúvidas por um problema com a gráfica responsável pela impressão das provas e os recursos destinados às Universidades Federais permaneceram congelados por maior parte do ano. O atual Ministro, Abraham Weintraub, conhecido por suas declarações polêmicas, acabou sendo isolado do poder e pode vir a ser substituído no início de 2020.

A pauta de militarização da escolas, com a instituição de parcerias entre instituições de ensino entre membros das forças militares, também avançou significativamente durante 2019.



Educação

A eleição de Jair Bolsonaro e a escolha de Ernesto Araújo para a pasta do MRE trouxe consigo um realinhamento da política externa brasileira. As lideranças políticas brasileiras buscaram uma aproximação com a gestão do americano Donald Trump, criaram conflitos com a China e com países parceiros no Oriente Médio no início do ano e, agora, precisam enfrentar o acirramento da guerra comercial que vem se instalando entre EUA e China.

O governo ainda perdeu muitos meses na indicação do embaixador brasileiro nos EUA, com a sinalização de Eduardo Bolsonaro para o cargo, o que não ocorreu.

O Mercosul passa por um momento de reorganização, novos governos assumiram no Uruguai e na Argentina, o que deve levar a alteração nas relações intrabloco.



Internacional

Balanço da produção legislativa

Visão geral e atuação do Congresso

Resumo da Sessão Legislativa

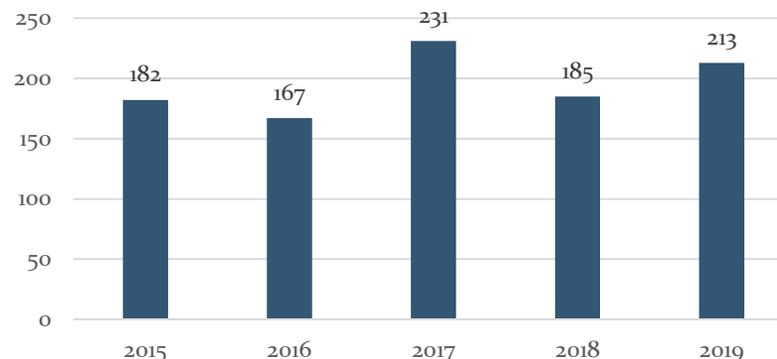
Em termos totais, a 56ª legislatura foi aberta com um nível vultoso de produção legislativa se comparado com os 4 anos anteriores, ficando abaixo somente da produção apresentada em 2017. Nesse período inicial, foram aprovados pelo Congresso 213 proposições, considerando-se projetos de lei, projetos de lei complementar, propostas de emenda à constituição e medidas provisórias. Apesar de todos os embates políticos entre o Presidente e parlamentares ao longo de 2019, pautas importantes como a Reforma da Previdência (PEC 6/2019), a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019) e o Pacote Anticrime (PL10372/18) obtiveram sucesso. Cabe-se ressaltar que o Congresso ultrapassou a média histórica anual em termos de aprovação de PECs, com 6 Emendas Constitucionais adicionadas ao ordenamento jurídico neste ano.

Tempo de tramitação

A média de tempo para que os 127 Projetos de lei deliberados este ano passassem pelos ritos da tramitação entre sua apresentação e a última atuação parlamentar, considerando-se tanto a atuação da Câmara e Senado, prévia a transformação em lei gira em torno de 4 anos e meio. As medidas provisórias, por sua vez, tramitaram por 139 dias, os projetos de lei complementar por 2 anos e 2 meses e as PECs por 3 anos e 9 meses

Nos limites mínimos e máximos de tempo de tramitação da produção legislativa de 2019, encontram-se um projeto que concluiu sua tramitação no Congresso em 6 dias (tramitação mais rápida, referente ao PL 5478/2019 – o Projeto de Lei da Cessão Onerosa) e um que passou 24 anos nas casas legislativas até ser remetido à sanção (PLS55/1996 – referente a ampliação nos beneficiários do BPC).

Produção legislativa por Sessão Legislativa



Atuação do Congresso

O parlamento da atual legislatura vem assumindo um papel bastante ativo na condução da agenda política durante o início desse governo. O conflito inicial entre bancadas parlamentares e o chefe do Executivo fez com que os presidentes do Senado e da Câmara adquirissem protagonismo na construção da articulação necessária para que se aprovassem os projetos legislativos de maior peso desse ano, nos quais as ideias originadas no Executivo nem sempre prevaleceram. Por exemplo, observando dados dessa legislatura e de passadas, o governo Bolsonaro começou com um alto número de medidas provisórias barradas em um primeiro ano, o maior desde 2003. Há dificuldades para que o Executivo consiga sustentar suas pautas.

Há certa consonância entre a maioria dos membros do poder Legislativo e do Executivo sobre a necessidade de reformas que reduzam e reajustem gastos do Estado, mas não necessariamente existe uma sintonia nas ações efetivamente a serem tomadas para que tal objetivo seja alcançado, e, pela falta de articulação do Executivo, o Congresso acaba conduzindo os trabalhos de acordo com seus interesses ou mesmo se torna moroso no debate do que se encontra em tramitação. As propostas de emenda à constituição do Pacote Mais Brasil, a MP verde-amarela e proposta de Reforma Tributária que passou a ser construída no final deste ano podem passar meses sem avanços significativos caso ainda permaneçam os problemas de alinhamento entre os poderes.

Balanço da produção legislativa

Temáticas abordadas pela produção legislativa e cenário para 2020

Temáticas do que foi aprovado em 2019

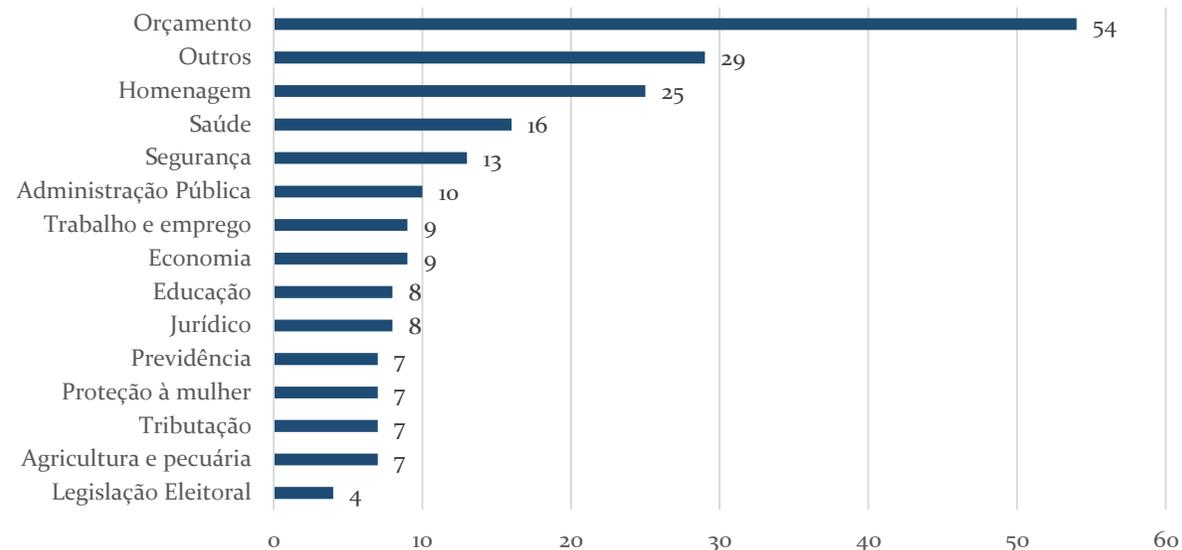
Normas relativas ao orçamento (Projetos de Lei do Congresso Nacional reorganizando a distribuição de recursos orçamentários) e homenagens continuam constituindo maior parte da produção legislativa do Congresso Nacional. Segurança, questão altamente relevante para o atual conjunto de parlamentares e membros do Executivo, também teve destaque, sendo a segunda temática que mais teve projetos de lei aprovados, atrás em número somente do que foi deliberado e aprovado na temática de saúde. Mudanças relacionadas à administração pública igualmente obtiveram presença considerável na pauta do congresso em 2019, com uma reorganização ministerial proposta na metade do ano, e projetos de lei, como o que regulamenta o Contrato de Desempenho na Administração Pública Federal (PL 459/2016) e o que regulamenta o funcionamento das Agências Reguladoras (PLS52/2013), sendo transformados em leis.

Em termos de temáticas que ascenderam de forma imprevista, chama a atenção a produção dos deputados e senadores de normas relacionadas a mulheres vítimas de violência doméstica, a exemplo dos Projetos de Lei 6433/2013 (autoriza a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica), 2438/2019 (dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde às vítimas de violência doméstica), 17/2019 (prevê a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica) e 3837/2015 (torna compulsória a notificação dos casos de suspeita de violência contra a mulher).

Eleições municipais de 2020

As eleições municipais podem ajudar Jair Bolsonaro a construir uma base mais sólida ou ao menos podem demonstrar que o bolsonarismo ainda mantém bases eleitorais de significância desde as eleições presidenciais, caso seus aliados alcancem êxito eleitoral ao concorrerem às prefeituras. Esta será uma primeira prova do projeto de poder do presidente, o que pode fazer com parlamentares se afastem ou se aproximem a depender da leitura que fizerem dos resultados obtidos. A principal questão é se a formalização do novo partido do Presidente, a aliança para o Brasil, ocorrerá em tempo hábil para o pleito.

Produção legislativa por temas



Pautas prioritárias para o início 2020

Propostas relativas à prisão em segunda instância	Recuperação Judicial	Reforma Tributária
Autonomia do Banco Central	PEC Paralela da previdência	

Câmara dos Deputados



Reforma Tributária

Do deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências..

[PEC 45/2019](#)

Status: aguarda parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) em Comissão Especial.



Proposta Paralela da Reforma da Previdência | PEC Paralela

Da CCJ do Senado, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza.

[PEC 133/2019](#)

Status: aguarda designação de relator no âmbito da CCJC.



Acompanhamento, Transparência e Promoção do Equilíbrio Fiscal

Do poder Executivo, estabelece o plano de acompanhamento e transparência fiscal e promoção do equilíbrio fiscal por meio de alteração da leis:101/2000; 156/2016;12.348/2010; 12.649/12 e MP 2.185-35/01.

[PLP 149/2019](#)

Status: Aguardando criação de comissão temporária pela Mesa da Câmara.



Altera a lei Kandir

Do então ex-deputado federal Germano Rigotto (MDB/RS), exclui e determina a devolução de imposto cobrado pelo vendas de bens arrendados. Já o PLP 511/2018, de autoria do senador Wellington Fagundes (PL/MT), trata da compensação financeira devida pela união ao demais entes da federação em razão da renúncia fiscal com a lei Kandir.

[PLP 221/1998](#)

[PLP 511/2018](#)

Status: ambas matérias estão prontas para serem apreciadas em plenário.



Reforma Sindical

De deputado Marcelo Ramos (PL/AM) apresentada em 11 de novembro a PEC emenda a redação do Art.º 8 da CF para promover reforma sindical.

[PEC 196/2019](#)

Status: Aguardando criação de comissão temporária pela Mesa da Câmara.



Regra de Ouro | Redução de Jornada com Redução de Salários

Do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ), que estabelece as seguintes medidas de contenção das despesas públicas: i) a possibilidade de interrupção do pagamento do abono salarial; ii) redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com redução dos vencimentos; iii) redução das despesas com servidores não estáveis; iv) aprofundamento da política de privatizações; e v) a cobrança de contribuição previdenciária suplementar provisória de 3% para servidores civis e militares, ativos e inativos; e vi) a demissão dos servidores estáveis caso a despesa total com pessoal ultrapasse o valor apurado (e corrigido) em 2016.

[PEC 438/2018](#)

Status: aguarda instalação de comissão destinada a sua análise de mérito. A tendência é que a comissão seja instalada em fevereiro.



Lei de Responsabilidade Gerencial

Do então senador Roberto Muniz (PP/BA), que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas que instituem políticas públicas, propiciando melhor responsabilidade gerencial na Administração Pública.

[PLP 494/2018](#)

[PLS 488/2018](#)

Status: Matéria pronta para ser apreciada no Plenário.

Câmara dos Deputados



[PL 3453/2008](#)

Concessões Públicas

Do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que condiciona a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

Status: Aguardando designação de relator na CFT.



[PL 9163/2017](#) |
[PL 798/2019](#)

Governança Pública

Do Poder Executivo (Michel Temer), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: i) capacidade de resposta; ii) integridade; iii) confiabilidade; iv) melhoria regulatória; v) prestação de contas e responsabilidade; e vi) transparência. O projeto tramita na cadeia de proposições apensadas ao PL 798/2019.

Status: aguardando parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) na CTASP.



[PL 3729/2004](#)

Licenciamento Ambiental

Do então deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros, que introduz novo marco de licenciamento ambiental.

Status: o projeto tramita em regime de urgência e poderá ser apreciado diretamente em Plenário onde deverá ser relatado pelo deputado Kim Kataguiri (DEM/SP). No âmbito da CCJC, o projeto está sob a relatoria do deputado João Roma (Republicanos/BA) e aguardando designação de relator na CFT.



[PL 10887/2018](#)

Lei de Improbidade Administrativa

Do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), que atualiza a lei de improbidade administrativa. Trata-se de projeto de lei decorrente dos trabalhos da comissão de juristas coordenada pelo ministro Mauro Campbell do STJ. Entre outras alterações, o projeto concede legitimidade ativa exclusiva aos membros do Ministério Público para proposição das ações de improbidade administrativa.

Status: aguardando parecer do deputado Carlos Zaratini (PT/SP) em comissão especial.



[PL 10720/2018](#)

Lei das Organizações Sociais

Do senador José Serra (PSDB/SP), que estabelece novas regras para celebração, controle e rescisão de contratos de gestão do poder público com organizações sociais.

Status: aguarda parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) na CTASP.



[PLP 112/2019](#) |
[PLP 200/1989](#)

Autonomia do Banco Central

Do então senador Itamar Franco (PRN/MG), que dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil.

Status: aguardando parecer do deputado Celso Maldaner (MDB/SC) na CCJC. A matéria tramita em regime de Urgência, podendo ser apreciado diretamente pelo Plenário da Câmara dos Deputados. O governo poderá enviar uma PEC tratando do assunto.

Câmara dos Deputados



Regras e Instrumentos para a Eficiência da Administração Pública

Do deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), que institui regras e instrumentos para a eficiência da administração pública, por meio da desburocratização, inovação, informatização, participação e colaboração do cidadão.

[PL 7843/2017](#)

Status: o projeto tramita em regime de urgência e poderá ser apreciado diretamente em Plenário. Na CCJC, aguarda votação do substitutivo do deputado Pedro Lupion (DEM/PR) na CCJC.



Plano de Revisão Periódica de Gastos

Do senador José Serra (PSDB/SP), que altera a lei de finanças públicas, com objetivo de inserir o Plano de Revisão Periódica de Gastos no plano de governo que o Presidente da República é obrigado a enviar ao Congresso Nacional anualmente.

[PLP 504/2018](#)

Status: aguardando parecer do relator na CTASP deputado Kim Kataguirí (DEM/SP).



Demissão de Servidor Público Estável por Insuficiência de Desempenho

Do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que regulamenta o inciso III do § 1º do art. 41 da Constituição, para disciplinar o procedimento de avaliação periódica anual de desempenho de servidores públicos estáveis das administrações diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

[PLP 51/2019](#)

Status: aguardando a designação de relator na CTASP.

Senado Federal



Plano Emergencial | Medidas de Redução da Despesas

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que dispõe sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal. Permite que a jornada de trabalho dos servidores públicos possa ser reduzida com a redução de até 25% da remuneração em caso de descumprimento dos percentuais de gasto com pessoal descritos na LRF. Por outro lado, regulamenta a chamada regra de ouro, impondo uma série de restrições com impacto para os servidores públicos.



[PEC 186/2019](#)

Status: aguarda votação do substitutivo do senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) na CCJ. Entre as mudanças realizadas pelo substitutivo, temos: i) a exclusão do teto remuneratório apenas para as parcelas remuneratórias decorrentes de adicional de férias, de 13º salário, de ajuda de custo para remoção e as diárias e transporte em deslocamento e viagens realizadas; ii) férias de 30 dias para todos os agentes e empregados públicos, incluindo professores, magistrados, membros do ministério público e parlamentares; iii) inclusão de vedação de progressões e promoções nas carreiras, excetuando os casos em que houver provimento derivado de cargo por outro agente, ou seja, na Magistratura, na Diplomacia, nas Forças Armadas; iv) como medida de contenção de gastos, prevê a demissão de “pelo menos” 50% dos servidores não estáveis; v) estabelece que a LDO fixará o montante de recursos do FAT a ser destinado ao BNDES para financiar projetos de desenvolvimento; e vi) torna facultativo e com valor variável o pagamento do abono salarial para trabalhadores que recebam até 2 salários mínimos mensais.



[PLP 245/2019](#)

Aposentadorias especiais

Do senador Eduardo Braga (MDB/AM), que regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, químicos, físicos, biológicos e com risco à integridade física.

Status: aguarda parecer do relator, senador Esperidião Amin (PP/SC), na CAE.



[PEC 182/2019](#)

Regra de Ouro | Redução de Jornada com Redução de Salários

Do senador José Serra (PSDB/SP), que regulamenta a chamada regra de ouro, permitindo a redução de jornada com redução de salário dos servidores públicos e a demissão de servidor público não estável para redução da despesa com pessoal. Por outro lado, retira os gastos previdenciários do Teto de Gastos Públicos de que trata da Emenda Constitucional 95. Além disso, estabelece que os Tribunais de Contas deverão observar em suas decisões as normas e os entendimentos sobre contabilidade pública e estatísticas fiscais estabelecidos por Conselho de Gestão Fiscal.

Status: aguarda parecer do senador Eduardo Braga (MDB/AM) na CCJ.



[PEC 187/2019](#)

Fundos Infraconstitucionais

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional.

Status: aguarda votação do substitutivo do senador Otto Alencar (PSD/BA) na CCJ.



[PEC 188/2019](#)

Mais Brasil | Pacto Federativo | Medidas de Redução da Despesa

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117.

Dentre as medidas previstas estão: i) a possibilita a distribuição aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal de parcela dos recursos do pré-sal e transferência, aos demais entes, da integralidade do salário-educação e do custeio das respectivas despesas; ii) criação do Conselho Fiscal da República para discutir a situação financeira dos entes federativos e reverter a trajetória de crescente aumento das despesas obrigatórias e do endividamento e prevê medidas que viabilizem a longo prazo a sustentabilidade fiscal dos entes federativos; iii) mínimo conjunto de saúde e educação; iv) redução da parcela PIS/Pasep que destinada ao BNDES para 14%; v) desindexação do reajuste de emenda parlamentares; vi) supressão da obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos; e vii) extensão da vedação de vinculação de receitas a órgão, fundo ou despesa, hoje prevista apenas para impostos, para qualquer receita pública, observadas determinadas exceções. Por outro lado, permite que a jornada de trabalho dos servidores públicos possa ser reduzida com a redução de até 25% da remuneração em caso de descumprimento dos percentuais de gasto com pessoal descritos na LRF.

Status: aguarda parecer do senador Márcio Bittar (MDB/AC) na CCJ.



[PL 3261/2019](#)

Marco legal do saneamento básico

Do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que atualiza o marco legal do saneamento básico

Status: Recém-aprovado pela Câmara, a matéria segue para análise do Senado Federal.

Senado Federal



Porte de Armas

Do poder Executivo, promover alterações na lei 10.826/03 que dispõe sobre o registro, posse e comercialização do porte de armas de fogo e munição. Sobre o Firnarm e define crimes.

[PL 3723/2019](#)

Status: aguarda leitura no Senado Federal..



Tributação de lucros e dividendos

PL 1952/2019, do senador Eduardo Braga (MDB/AM), que estabelece a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos, e PL 2015/2019, do senador Otto Alencar (PSD/BA), que estabelece alíquota de 15% para o Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos recebidos de pessoas jurídicas.

[PL 1952/2019](#)

[PL 2015/2019](#)

Status: o PL 1952/2019 aguarda parecer da senadora Daniela Ribeiro (PP/PB) e o PL 2015/2019 aguarda parecer do senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), ambos na CAE



Risco hidrológico

Do então senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), que versa sobre a repactuação do risco hidrológico.

[PL 3975/2019](#)

Status: aguarda votação do parecer do senador Eduardo Braga (MDB/AM), favorável às emendas da Câmara com emenda de redação.



Reforma do Código Comercial

Do senador Renan Calheiros (MDB/AL), que altera o Código Comercial, que passa a ser dividido em três partes: I) Parte Geral, composta dos seguintes títulos: a) Do Direito Comercial; b) Da Pessoa do Empresário; c) Dos Bens e da Atividade do Empresário; d) Dos Fatos Jurídicos Empresariais; II) Parte Especial, que disciplina os seguintes temas: a) Das Sociedades; b) Das Obrigações dos Empresários; c) Do Agronegócio; d) Do Direito Comercial Marítimo; e) Do Processo Empresarial; III) Parte Complementar, que contém as disposições finais e transitórias.

[PLS 487/2013](#)

Status: pronto para a pauta do Plenário do Senado Federal.



[Substitutivo da Câmara ao PL 1292/1995 \(PLS 163/1995\)](#)

Reforma da Lei de Licitações

De autoria de Comissão Especial do Senado, que promove a reforma da lei de licitações brasileira. O projeto tramita apensado ao PL 1292/1995.

Status: o projeto recebeu substitutivo da Câmara dos Deputados e aguarda deliberação no Senado Federal. O projeto ainda não foi lido e numerado para ser despachado às comissões.



[PEC 110/2019](#)

Reforma Tributária

Do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Status: aguardando votação do substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB/MA) na CCJ.

Calendário Prospectivo



Janeiro

10	Inflação: o IBGE divulgará o resultado consolidado da Inflação de 2019, IPC e IPCA
31	PNAD: IBGE divulgará resultado da PNAD Contínua

Calendário sem data específica



Reforma Administrativa: No início do ano o Governo deve apresentar sua proposta de Reforma Administrativa



SBS Qd. 1 -Bloco K -Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407
Brasília-DF -CEP: 70.093-900
Telefone: +55 61 3225.1804
E-mail: faleconosco@queirozassessoria.com.br
www.queirozassessoria.com.br

Edição:

Ana Carolina Siqueira
Daniele Santos
Letícia Mendes
Leonel Cupertino

Direção Executiva:

Antônio Augusto de Queiroz
Thiago Rego de Queiroz
Enrico Ribeiro